



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Pensando os blogs

Há não muito tempo, falava-se em imprensa **escrita**, **falada** e **televisada** quando se desejava abarcar todas as possibilidades da comunicação jornalística. Os jornais e as revistas, o rádio e a televisão constituíam o pleno espaço público das informações. Tinham em comum o que se pode chamar de "autoria institucional": dizia-se, por exemplo, que tal notícia "deu no Diário Popular", ou "foi ouvida na rádio Cacique", ou "passou no telejornal da TV Excelsior". Funcionava como prova de veracidade do fato.

Hoje a autoria institucional enfrenta séria concorrência dos autores anônimos, ou semi-anônimos, que se valem dos recursos da internet, entre eles os incontáveis **blogs**. Considerados uma espécie de cadernos pessoais abertos, os **blogs** possibilitam intervenção imediata do público e exploram em seu espaço virtual as mais distintas formas de linguagem: textos, desenhos, gravuras, fotos, músicas, vídeos, ilustrações, reportagens, entrevistas, arquivos importados etc. etc. A novidade maior dos **blogs** está nessa imediata conexão que podem realizar entre o que seria essencialmente privado e o que seria essencialmente público. Até mesmo alguns velhos jornalistas mantêm com regularidade esses espaços abertos da internet, sem prejuízo para suas colunas nos jornais tradicionais. A diferença é que, em seus **blogs**, eles se permitem depoimentos subjetivos e apreciações pessoais que não teriam lugar numa **Folha de S. Paulo** ou num **O Globo**, por exemplo. São capazes de narrar a cerimônia de posse do presidente da República incluindo os apartes e as impressões dos filhos pequenos que também acompanhavam e comentavam o evento.

Qualquer cidadão pode resolver sair da casca e dizer ao mundo o que pensa da seleção brasileira, ou da mulher que o abandonou, ou da falta de oportunidades no seu ramo de negócio. Artistas plásticos trocam figurinhas em seus **blogs** diante de um largo público de espectadores, escritores adiantam um capítulo do próximo romance, um músico resolve divulgar sua

nova canção já acompanhada de cifras para acompanhamento no violão. É só abrir um espaço na internet.

Outro dia, num **blog** de algum sucesso, o autor gabava-se de promover democraticamente, entre os incontáveis seguidores seus, uma discussão sobre as mesmas questões que preocupavam a roda fechada e cerimoniosa dos filósofos companheiros de Platão. Isso sim, argumentava ele, é que é um **diálogo** verdadeiro. Tal atrevimento supõe que quantidade implicaria qualidade, e que democracia é uma soma infinita das impressões e opiniões de todo mundo...

Não importa a extensão das descobertas tecnológicas, sempre será imprescindível a atuação do nosso espírito crítico diante de cada fato novo que se imponha à nossa atenção.

(Belarmino Braga, inédito)

1. Considerando-se o contexto, deve-se entender por "autoria institucional" uma atribuição que se aplica a
 - (A) grupos de pessoas que participam regularmente de um mesmo *blog*.
 - (B) informações publicadas em conhecidos órgãos da imprensa.
 - (C) linguagens jornalísticas criadas para concorrer com as dos *blogs*.
 - (D) matérias publicadas em série sucessiva num mesmo órgão da imprensa.
 - (E) reportagens assinadas por jornalistas devidamente credenciados.
2. De acordo com texto, os *blogs* têm como característica
 - I. a abertura para participação autoral de leitores interessados em se manifestar num espaço virtual já constituído;
 - II. a reversão de matérias que seriam, a princípio, de interesse público em matérias de interesse exclusivamente privado;
 - III. a exploração de diferentes gêneros literários e linguagens outras que não a verbal, além da plena liberdade na eleição dos temas a serem tratados.

Em relação ao texto, é correto depreender o que se afirma em

 - (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, apenas.



3. Ao final do texto, o autor **desaprova**, precisamente, o fácil entusiasmo de quem considera os *blogs*
- (A) irrefutáveis evidências das vantagens tecnológicas de que muitos podem usufruir.
- (B) exemplos incontestes da superioridade da inteligência artificial em relação à humana.
- (C) válidos desafios, que podem e devem estimular a nossa reação e análise críticas.
- (D) diálogos espontâneos e, por isso, verdadeiros, em consonância com a tradição dos diálogos platônicos.
- (E) espaços generosos que multiplicam debates de nível superior aos diálogos dos pensadores clássicos.
-
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *abarcam todas as possibilidades* (1º parágrafo) = incrementar todas as hipóteses.
- (B) *prova de veracidade do fato* (1º parágrafo) = aprovação da verossimilhança da ocorrência.
- (C) *possibilitam intervenção imediata do público* (2º parágrafo) = consignam o imediatismo do público participante.
- (D) *a roda fechada e cerimoniosa dos filósofos* (4º parágrafo) = o círculo restrito e solene dos pensadores.
- (E) *atuação do nosso espírito crítico* (5º parágrafo) = apropriação de nossa sensibilidade intuitiva.
-
5. A expressão *cadernos pessoais abertos* (2º parágrafo), no contexto,
- (A) assinala a conexão que os *blogs* promovem entre a esfera do privado e a esfera pública.
- (B) refere-se ao caráter acidental e transitório que marca a vigência dos *blogs* como espaço virtual.
- (C) indica o primarismo um tanto escolar que costuma caracterizar as linguagens exploradas nos *blogs*.
- (D) enfatiza a contradição que impede os *blogs* de constituírem um espaço de discussão democrática.
- (E) ressalta o improvisado e a superficialidade das confidências que habitualmente se fazem nos *blogs*.
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
- (A) No passado, com as qualificações **escrita, falada e televisada** pretendiam-se designar toda a abrangência das formas de comunicação jornalística.
- (B) A multiplicação de tantos autores anônimos de *blogs* acabaram por representar uma séria concorrência para os profissionais da comunicação.
- (C) Em nossos dias, cabem a quaisquer cidadãos tomar a iniciativa de criar um *blog* para neles desenvolverem seus temas e pontos de vista.
- (D) Já não se opõem, num *blog*, a instância do que seja de interesse privado e a instância do que seja de interesse público.
- (E) Permitem-se aos seguidores de um *blog* levantar discordância quanto às linhas de argumentação desenvolvidas por seu autor.
-
7. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Nos *blogs* há uma subjetividade da qual os outros meios de comunicação jornalística se ressentem, uma vez que não é de sua característica contemplá-la.
- (B) O autor do texto exime-se ao diferenciar autoria institucional de outras modalidades autorais, presumindo que a primeira obtém maior crédito.
- (C) Para muitos, os *blogs* são um recurso de comunicação de eficácia nunca antes alcançada, suplantando em extensão e profundidade os diálogos platônicos.
- (D) Ainda que possam ser bem-vindos, os *blogs* não devem constituir uma obsessão tal que remova seus usuários de diligenciarem outras formas de linguagem.
- (E) A democratização do pensamento não pode ficar presa à uma forma de comunicação, visto que são os conteúdos que determinam sua consumação.



8. No contexto do 3º parágrafo, a frase final *É só abrir um espaço na internet* tem como sentido implícito o que enuncia este segmento:

- (A) e assim se comprovará como é possível superar Platão.
- (B) para corporificar essas iniciativas na linguagem de um *blog*.
- (C) e advirão as reações que costuma provocar a autoria institucional.
- (D) para se comprovar a efemeridade das informações de um *blog*.
- (E) para que um *blog* passe a enfrentar severa reação crítica.

9. Está adequado o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:

- (A) Os recursos da internet, dos quais podemos nos valer a qualquer momento, permitem veicular mensagens por cujo conteúdo seremos responsáveis.
- (B) Artistas plásticos, que suas obras lhes interessa divulgar, frequentam os espaços da internet, mediante aos quais promovem a divulgação de seu trabalho.
- (C) Jornalistas veteranos, de cujas colunas tantos leitores já frequentaram, passaram a criar seus próprios *blogs*, pelos quais acrescentam uma dose de subjetivismo.
- (D) É comum que, num *blog*, os assuntos públicos, a cujo interesse social ninguém duvida, coabitem aos assuntos particulares, que a poucos interessará.
- (E) As múltiplas formas de linguagem com que o autor de um *blog* pode lançar mão obrigam-no a se familiarizar com técnicas de que jamais cogitou dominar.

10. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Hoje a autoria institucional enfrenta séria concorrência dos autores anônimos*, obter-se-á a seguinte forma verbal:

- (A) são enfrentados.
- (B) tem enfrentado.
- (C) tem sido enfrentada.
- (D) têm sido enfrentados.
- (E) é enfrentada.

Atenção: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Leis religiosas e leis civis

As leis religiosas têm mais sublimidade; as leis civis dispõem de mais extensão.

As leis de perfeição, extraídas da religião, têm por objeto mais a bondade do homem que as segue do que a da sociedade na qual são observadas; ao contrário, as leis civis versam mais sobre a bondade moral dos homens em geral do que sobre a dos indivíduos.

Deste modo, por respeitáveis que sejam os ideais que nascem imediatamente da religião, não devem sempre servir de princípio às leis civis, porque é outro o princípio destas, que é o bem geral da sociedade.

(Montesquieu, **Do espírito das leis**)

11. Atentando-se para a primeira frase e considerando-se o conjunto do texto, os termos *sublimidade* e *extensão* dizem respeito, respectivamente, ao caráter

- (A) místico dos evangelhos canônicos e materialista dos textos da jurisprudência.
- (B) de espiritualidade das normas religiosas e de abrangência social do direito civil.
- (C) dogmático das convicções de fé e libertário das legislações constitucionais.
- (D) divino dos postulados cristãos e humanista da declaração dos direitos humanos.
- (E) de profundidade das certezas místicas e de superficialidade da ordem jurídica.



12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A bondade do indivíduo e as virtudes coletivas são instâncias que se ligam entre si, de modo inextricável e em recíproca dependência.
- II. A diferença de princípios permite distinguir entre o que há de respeitável nos ideais religiosos e o que se elege como um bem comum nas leis civis.
- III. Tanto no âmbito das leis civis quanto no das religiosas, o objetivo último é o mesmo: o aprimoramento moral do indivíduo.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

13. *As leis religiosas têm mais sublimidade; as leis civis dispõem de mais extensão.*

A respeito da construção da frase acima, é correto afirmar que

- (A) o verbo *dispor* foi empregado no mesmo sentido que assume na frase **A solidão dispõe o homem à melancolia.**
- (B) da comparação entre leis civis e leis religiosas, expressa pelo termo *mais*, resulta a superioridade incontestada de uma delas.
- (C) entre os dois segmentos separados pelo ponto e vírgula estabelece-se uma relação de sentido equivalente ao da expressão **ao passo que.**
- (D) entre os dois segmentos separados por ponto e vírgula estabelece-se uma relação de sentido equivalente ao da expressão **por conseguinte.**
- (E) o verbo *dispor* foi empregado no mesmo sentido que assume na frase **O sacristão dispôs o altar para a missa.**

14. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:

- (A) As leis de perfeição teriam por objeto mais a bondade do homem que as seguisse do que a da sociedade na qual fossem observadas.
- (B) As leis de perfeição tinham por objeto mais a bondade dos homens que as seguir do que a da sociedade na qual serão observadas.
- (C) As leis de perfeição terão por objeto mais a bondade dos homens que as tivessem seguido do que a da sociedade na qual terão sido observadas.
- (D) As leis de perfeição teriam por objeto mais a bondade do homem que as siga do que a da sociedade na qual têm sido observadas.
- (E) As leis de perfeição terão tido por objeto mais a bondade do homem que viesse a segui-las do que a da sociedade na qual fossem observadas.

15. O verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado numa forma do **plural** para preencher de modo correto a lacuna da frase:

- (A) Às bondades individuais (**dever**) seguir um benefício que se estenda ao conjunto de uma sociedade.
- (B) Nem sempre (**haver**) de respeitar as leis da religião quem se curva às leis civis.
- (C) Não se (**respeitar**) as leis civis por bondade, nem as religiosas por espírito cívico.
- (D) Não se (**opor**) o princípio da religião ao da ordem civil, embora as instâncias de uma e outra sejam distintas.
- (E) (**ser**) de se notar, entre as leis civis e as religiosas, a diferença dos princípios que as regem.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. Nicanor deveria efetuar a divisão de um número inteiro e positivo N , de três algarismos, por 63; entretanto, ao copiar N , ele enganou-se, invertendo as posições dos dígitos extremos e mantendo o seu dígito central. Assim, ao efetuar a divisão do número obtido por 63, obteve quociente 14 e resto 24. Nessas condições, se q e r são, respectivamente, o quociente e o resto da divisão de N por 63, então:

- (A) $q + r = 50$.
- (B) $r < 40$.
- (C) $q < 9$.
- (D) r é múltiplo de 4.
- (E) q é um quadrado perfeito.

17. Todos os 72 funcionários de uma Unidade do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul deverão ser divididos em grupos, a fim de se submeterem a exames médicos de rotina. Sabe-se que:

- o número de funcionários do sexo feminino é igual a 80% do número dos do sexo masculino;
- cada grupo deverá ser composto por pessoas de um mesmo sexo;
- todos os grupos deverão ter o mesmo número de funcionários;
- o total de grupos deve ser o menor possível;
- a equipe médica responsável pelos exames atenderá a um único grupo por dia.

Nessas condições, é correto afirmar que:

- (A) no total, serão formados 10 grupos.
- (B) cada grupo formado será composto de 6 funcionários.
- (C) serão necessários 9 dias para atender a todos os grupos.
- (D) para atender aos grupos de funcionários do sexo feminino serão usados 5 dias.
- (E) para atender aos grupos de funcionários do sexo masculino serão usados 6 dias.



18. Dois funcionários de uma Unidade do Tribunal Regional do Trabalho – Matilde e Julião – foram incumbidos de arquivar X processos. Sabe-se que: trabalhando juntos, eles arquivariam $\frac{3}{5}$ de X em 2 horas; trabalhando sozinha, Matilde seria capaz de arquivar $\frac{1}{4}$ de X em 5 horas. Assim sendo, quantas horas Julião levaria para, sozinho, arquivar todos os X processos?
- (A) 4.
(B) 5.
(C) 6.
(D) 7.
(E) 8.

19. Suponha que em 2007 as mensalidades de dois planos de saúde tinham valores iguais e que nos três anos subsequentes elas sofreram os reajustes mostrados na tabela seguinte.

	2008	2009	2010
Plano 1	10%	10%	10%
Plano 2	5%	5%	X

Se em 2010, os valores das mensalidades de ambos se tornaram novamente iguais, então X é aproximadamente igual a

- (A) 15 %.
(B) 18,6 %.
(C) 20,7 %.
(D) 27,8 %.
(E) 30 %.
20. O computador de certo caixa eletrônico foi programado para que fossem emitidas apenas cédulas de 20, 50 ou 100 reais. Ao fazer um saque nesse caixa, Aristóteles recebeu 24 cédulas e, curiosamente, observou que as quantias correspondentes a cada um dos três tipos de cédulas eram iguais. Nessas condições, é correto afirmar que Aristóteles
- (A) recebeu 18 cédulas de 20 reais.
(B) recebeu 8 cédulas de 50 reais.
(C) recebeu 5 cédulas de 100 reais.
(D) fez um saque de R\$ 900,00.
(E) fez um saque de R\$ 300,00.

21. Dois Analistas Judiciários de uma Unidade do Tribunal Regional do Trabalho – Felício e Marieta – foram incumbidos de analisar 56 processos. Decidiram, então, dividir o total de processos entre si, em partes que eram, ao mesmo tempo, diretamente proporcionais aos seus respectivos tempos de serviço no Tribunal e inversamente proporcionais às suas respectivas idades. Se na ocasião, Felício era funcionário do Tribunal há 20 anos e tinha 48 anos idade, enquanto que Marieta lá trabalhava há 8 anos, então, se coube a Marieta analisar 21 processos, a sua idade
- (A) era inferior a 30 anos.
(B) estava compreendida entre 30 e 35 anos.
(C) estava compreendida entre 35 e 40 anos.
(D) estava compreendida entre 40 e 45 anos.
(E) era superior a 45 anos.

22. De um curso sobre Legislação Trabalhista, sabe-se que participaram menos de 250 pessoas e que, destas, o número de mulheres estava para o de homens na razão de 3 para 5, respectivamente. Considerando que a quantidade de participantes foi a maior possível, de quantas unidades o número de homens excedia o de mulheres?

- (A) 50.
(B) 55.
(C) 57.
(D) 60.
(E) 62.

23. Auri tem três bolas de tamanhos diferentes, B_1 , B_2 , e B_3 , e pretende pintar cada uma delas com uma única das cores: preta, branca ou vermelha, não necessariamente nesta ordem. Considere as seguintes afirmações:

- (1) B_1 é vermelha.
(2) B_2 não é vermelha.
(3) B_3 é preta.

De quantos modos Auri poderá fazer a pintura das bolas para que apenas uma das afirmações seja verdadeira?

- (A) duas.
(B) três.
(C) quatro.
(D) cinco.
(E) seis.



24. A tabela abaixo apresenta os múltiplos positivos de 3 dispostos segundo determinado padrão:

1ª Coluna	2ª Coluna	3ª Coluna	4ª Coluna	5ª Coluna
3	6	9	12	15
18	21	24	27	30
33	36	39	42	45
48	51	54	57	60
63	66	69	72	75
.
.
.

Caso esse padrão seja mantido indefinidamente, com certeza o número 462 pertencerá à

- (A) primeira coluna.
 (B) segunda coluna.
 (C) terceira coluna.
 (D) quarta coluna.
 (E) quinta coluna.

25. Amália, Berenice, Carmela, Doroti e Paulete vivem nas cidades de Amambaí, Bonito, Campo Grande, Dourados e Ponta Porã, onde exercem as profissões de advogada, bailarina, cabeleireira, dentista e professora.

Considere como verdadeiras as seguintes afirmações:

- a letra inicial do nome de cada uma delas, bem como as iniciais de suas respectivas profissão e cidade onde vivem, são duas a duas distintas entre si;
- a bailarina não vive em Campo Grande;
- Berenice não é cabeleireira e nem professora; também não vive em Campo Grande e nem em Dourados;
- Doroti vive em Ponta Porã, não é bailarina e tampouco advogada;
- Amália e Paulete não vivem em Bonito;
- Paulete não é bailarina e nem dentista.

Com base nas informações dadas, é correto concluir que Carmela

- (A) vive em Bonito.
 (B) é advogada.
 (C) vive em Dourados.
 (D) é bailarina.
 (E) vive em Ponta Porã.

Noções de Direito

26. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço, constitui

- (A) ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
 (B) mero ilícito administrativo.
 (C) ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
 (D) conduta lícita, não caracterizando qualquer irregularidade.
 (E) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.

27. De acordo com Lei nº 9.784/1999, no processo administrativo será observado, dentre outros, o critério de

- (A) garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio.
 (B) impulsão do processo administrativo mediante atuação dos interessados, vedada a impulsão, de ofício, pela Administração Pública.
 (C) cobrança de despesas processuais, não havendo tal cobrança apenas em hipóteses excepcionais previstas em lei.
 (D) interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, permitida a aplicação retroativa de nova interpretação.
 (E) atendimento a fins de interesse geral, permitida, em regra, a renúncia total ou parcial de poderes ou competências.

28. Para a contratação de serviço técnico de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, com empresa de notória especialização,

- (A) exige-se, obrigatoriamente, licitação na modalidade tomada de preços.
 (B) é inexigível a licitação.
 (C) é dispensável a licitação.
 (D) exige-se, obrigatoriamente, licitação na modalidade convite.
 (E) exige-se, obrigatoriamente, licitação na modalidade concurso.

29. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados

- (A) pela Câmara dos Deputados, por maioria absoluta, mediante aprovação prévia da Advocacia Geral da União, serão equivalentes à Lei ordinária.
 (B) pelo pleno do Supremo Tribunal Federal, desde que previamente aprovada pelo Presidente da República e Senado Federal, serão equivalentes às Leis ordinárias.
 (C) pelo pleno do Supremo Tribunal Federal, desde que previamente aprovada pelo Presidente da República e Senado Federal, serão equivalentes às Leis complementares.
 (D) em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
 (E) pelo Presidente da República serão equivalentes à Medida Provisória e serão levados à Câmara dos Deputados, para, mediante aprovação por maioria dos votos, serem convertidas em Leis ordinárias.

30. O militar alistável elegível, se contar mais de

- (A) vinte anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
 (B) dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
 (C) quinze anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
 (D) dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
 (E) cinco anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará, mediante prévia consulta do seu histórico militar, no ato da diplomação, para a inatividade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Administração Pública**

31. O desenho departamental, ou departamentalização, apresenta uma variedade de tipos, dentre eles o

- (A) linear.
- (B) *staff*.
- (C) funcional.
- (D) programático.
- (E) empresarial.

32. Os indivíduos que podem influenciar de maneira positiva ou negativa em um projeto são os

- (A) *stakeholders*.
- (B) *stakeholers*.
- (C) *players*.
- (D) *backhloders*.
- (E) *throwers*.

33. Tipo de estrutura organizacional em que cada superior tem autoridade única e absoluta sobre seus subordinados e que não a reparte com ninguém:

- (A) gerencial.
- (B) funcional.
- (C) *staff*.
- (D) linear.
- (E) operacional.

34. Analise:

- I. A missão é uma orientação atemporal, a razão de ser, o motivo da existência de uma organização.
- II. A missão é uma orientação temporal, a razão ser de uma organização.
- III. A missão é uma orientação temporal, determinando onde a organização deseja chegar.

Considerando as etapas do Planejamento Estratégico, está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I.

35. Considere:

- I. Na gestão pública só é lícito fazer o que a lei autoriza.
- II. Tanto na gestão pública como na gestão privada, só é lícito fazer o que a lei autoriza.
- III. Na gestão privada, as fronteiras demográficas são bem definidas.

Considerando as convergências e diferenças entre a gestão pública e privada, está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

Administração de RH

36. O modelo de gestão de pessoas é a maneira pela qual a empresa se organiza para gerenciar e orientar o comportamento humano no trabalho, sendo composto por processos e práticas, que são classificados quanto a sua natureza, objetivos e parâmetros em três categorias: movimentação, desenvolvimento e valorização. As práticas de capacitação, carreira e desempenho das pessoas estão vinculadas

- (A) à categoria movimentação.
- (B) à categoria desenvolvimento.
- (C) à categoria valorização.
- (D) às categorias movimentação e valorização.
- (E) às categorias desenvolvimento e valorização.

37. Um processo de mudança e inovação organizacional pode ser baseado nos seguintes modelos: processo evolutivo, adaptação ou aprendizagem, processo terapêutico, processo revolucionário e processo da mudança administrada. Reengenharia organizacional, *turnaround management* e o poder de decidir como meios preponderantes para promover a mudança, são características do modelo

- (A) administrado.
- (B) evolutivo.
- (C) adaptação.
- (D) terapêutico.
- (E) revolucionário.

38. O estado de ânimo coletivo que os colaboradores de uma organização demonstram em dado momento é denominado

- (A) *brainstorming*.
- (B) cultura organizacional.
- (C) ciclos temporais.
- (D) clima interno.
- (E) *benchmarking*.



39. Na gestão estratégica, é importante uma avaliação das competências das pessoas, pois estas impulsionam as organizações e, quando reconhecidas pelos clientes como diferenciais em relação aos competidores, são denominadas

- (A) distintas.
- (B) essenciais.
- (C) de suporte.
- (D) dinâmicas.
- (E) de unidades de negócio.

40. O Programa Nacional de Gestão Pública identifica seis categorias básicas de indicadores de avaliação da gestão pública: efetividade, eficácia, eficiência, execução, excelência e economicidade.

- I. Efetividade está vinculada ao grau de satisfação, ou ainda ao valor agregado, à transformação produzida no contexto em geral. Está relacionada com a missão da instituição e pode ser encontrada na dimensão estratégica do Plano Plurianual.
- II. Eficácia é a quantidade e qualidade de produtos e serviços entregues ao usuário.
- III. Eficiência está alinhada ao conceito de obtenção e uso de recursos com o menor ônus possível, dentro dos requisitos e das quantidades exigidas pelo *input*, gerando adequadamente os recursos financeiros e físicos.
- IV. Economicidade é a relação entre os produtos e serviços gerados com os insumos utilizados, relacionando o que foi entregue e o que foi consumido de recursos, usualmente sob a forma de custos ou produtividade.
- V. Excelência é a conformidade a critérios e padrões de qualidade para a realização dos processos, atividades e projetos na busca da melhor execução e economicidade, sendo um elemento transversal.

É correto o que consta APENAS em

- (A) III, IV e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e V.
- (D) I, IV e V.
- (E) I, II e III.

Noções de Direito do Trabalho

41. Mirto, empregado da empresa "Mais Ltda", possui jornada diária de trabalho de oito horas, com quarenta e cinco minutos de intervalo para descanso e alimentação. Considerando que a redução do horário para descanso e alimentação consta em cláusula de Convenção Coletiva de Trabalho, esta redução é

- (A) legal, desde que a mencionada Convenção Coletiva de Trabalho tenha cláusula expressa de proibição de renovação.
- (B) legal, uma vez que a Consolidação das Leis do Trabalho permite a redução do intervalo intrajornada por meio de norma coletiva.
- (C) legal, desde que a mencionada Convenção Coletiva de Trabalho tenha vigor pelo prazo máximo de um ano.
- (D) ilegal, tendo em vista que norma coletiva não poderá reduzir o intervalo intrajornada.
- (E) legal, desde que a mencionada Convenção Coletiva de Trabalho tenha vigor pelo prazo máximo de seis meses.

42. O princípio que faz prevalecer a restrição à autonomia da vontade no contrato trabalhista, em contraponto à diretriz civil de soberania das partes no ajuste das condições contratuais, é, especificamente, o princípio

- (A) da condição mais benéfica.
- (B) da imperatividade das normas trabalhistas.
- (C) da primazia da realidade sobre a forma.
- (D) da continuidade da relação de emprego.
- (E) do *in dubio pro operatio*.

43. Considere:

- I. Prestação de trabalho por pessoa jurídica a um tomador.
- II. Prestação de trabalho efetuada com pessoalidade pelo trabalhador.
- III. Subordinação ao tomador dos serviços.
- IV. Prestação de trabalho efetuada com onerosidade.

São elementos fático-jurídicos componentes da relação de emprego os indicados APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) II, III e IV.

44. No contrato de trabalho existem obrigações contrárias e contrapostas em decorrência da característica específica desse contrato

- (A) ser consensual.
- (B) ser sinalagmático.
- (C) apresentar alteridade.
- (D) apresentar onerosidade.
- (E) possuir formalidade legal.



<p>45. Na suspensão do contrato de trabalho, em regra, NÃO há prestação de serviços, bem como</p> <p>(A) não se paga salário, não se produzem recolhimentos vinculados ao contrato, mas computa-se tempo de serviço.</p> <p>(B) paga-se salário, mas não se computa tempo de serviço e não se produzem recolhimentos vinculados ao contrato.</p> <p>(C) não se paga salário, não se computa tempo de serviço e não se produzem recolhimentos vinculados ao contrato.</p> <p>(D) paga-se salário, computa-se tempo de serviço, mas não se produzem recolhimentos vinculados ao contrato.</p> <p>(E) não se paga salário, não se computa tempo de serviço, mas se produzem recolhimentos vinculados ao contrato.</p>	<p>48. Considere as seguintes assertivas a respeito da proteção ao trabalho da mulher:</p> <p>I. A adoção de medidas de proteção ao trabalho das mulheres é considerada de ordem pública, não justificando, em hipóteses alguma, a redução de salário.</p> <p>II. Em caso de parto antecipado, a mulher terá direito a 12 semanas de licença-maternidade.</p> <p>III. À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança de 7 anos de idade será concedida licença-maternidade de 120 dias.</p> <p>IV. Os locais destinados à guarda dos filhos das operárias, durante o período da amamentação, deverão possuir, no mínimo, um berçário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária.</p> <p>De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>
<p>46. Suzana pretende converter um período de suas férias em abono pecuniário. Neste caso, Suzana poderá converter em abono pecuniário</p> <p>(A) 1/3 do período de férias a que tiver direito, desde que requeira até 15 dias antes do término do período aquisitivo.</p> <p>(B) 1/3 do período de férias a que tiver direito, desde que requeira até 15 dias antes do término do período concessivo.</p> <p>(C) 1/3 do período de férias a que tiver direito, desde que requeira até 30 dias antes do término do período concessivo.</p> <p>(D) até metade do período de férias a que tiver direito, desde que requeira até 15 dias antes do término do período aquisitivo.</p> <p>(E) até no máximo vinte dias do período de férias a que tiver direito, desde que requeira até 15 dias antes do término do período concessivo.</p>	<p>49. Considera-se menor, para os efeitos de proteção ao trabalho do menor previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, o trabalhador de</p> <p>(A) quatorze até dezoito anos.</p> <p>(B) dezesseis até dezoito anos.</p> <p>(C) quatorze até dezesseis anos.</p> <p>(D) doze até dezoito anos.</p> <p>(E) doze até dezesseis anos.</p>
<p>47. O Sindicato A pretende denunciar Convenção Coletiva de Trabalho. O Sindicato B pretende prorrogar Convenção Coletiva de Trabalho. O Sindicato C pretende revisar Convenção Coletiva de Trabalho e o Sindicato D pretende a revogação parcial de Convenção Coletiva de Trabalho. Nestes casos, ficará subordinada, em qualquer caso, à aprovação de Assembleia Geral dos respectivos sindicatos convenientes os procedimentos pretendidos pelos Sindicatos</p> <p>(A) A, C e D, apenas.</p> <p>(B) A, B e C, apenas.</p> <p>(C) A e C, apenas.</p> <p>(D) B e C, apenas.</p> <p>(E) A, B, C e D.</p>	<p>50. As Comissões de Conciliação Prévia</p> <p>(A) terão membros com mandato de dois anos, vedada a recondução.</p> <p>(B) não poderão ser constituídas por grupos de empresas.</p> <p>(C) poderão ser instituídas com apenas dois membros.</p> <p>(D) terão membros com mandato de um ano, vedada a recondução.</p> <p>(E) terão o dobro de suplentes em relação ao número de seus membros.</p>



Noções de Contabilidade Pública	Noções de Orçamento Público
<p>51. Considerando o campo de aplicação da contabilidade aplicada à Administração Pública, é correto afirmar que aquela NÃO se aplica</p> <p>(A) às autarquias.</p> <p>(B) às empresas estatais dependentes.</p> <p>(C) às fundações públicas de direito público.</p> <p>(D) às empresas estatais não dependentes.</p> <p>(E) ao poder legislativo.</p>	<p>56. Instrumento de planejamento utilizado no setor público no qual devem ser estabelecidas, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes. Trata-se de</p> <p>(A) Plano Plurianual.</p> <p>(B) Lei Orçamentária Anual.</p> <p>(C) Orçamento Plurianual.</p> <p>(D) Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>(E) Plano Diretor.</p>
<p>52. O regime orçamentário aplicado ao reconhecimento da receita é o</p> <p>(A) financeiro.</p> <p>(B) misto.</p> <p>(C) de competência.</p> <p>(D) patrimonial.</p> <p>(E) de caixa.</p>	<p>57. A maior precisão na elaboração dos orçamentos e, conseqüentemente, melhores condições para obtenção de redução dos custos em razão de facilidade para a identificação de duplicação de funções, é uma vantagem da técnica orçamentária denominada Orçamento</p> <p>(A) de Desempenho.</p> <p>(B) de Planejamento e Gestão.</p> <p>(C) Programa.</p> <p>(D) Base Zero.</p> <p>(E) por Estratégia.</p>
<p>53. De acordo com o regime orçamentário de reconhecimento da despesa, pertence ao exercício financeiro</p> <p>(A) apenas a despesa total liquidada.</p> <p>(B) a despesa nele legalmente empenhada.</p> <p>(C) somente a despesa efetivamente paga.</p> <p>(D) a despesa liquidada, porém, ainda não empenhada em restos a pagar.</p> <p>(E) somente os valores nele inscritos em restos a pagar processados.</p>	<p>58. As metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente, são definidas</p> <p>(A) no Plano Plurianual.</p> <p>(B) na Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>(C) no Orçamento Fiscal.</p> <p>(D) no Plano de Investimento.</p> <p>(E) no Orçamento de Investimentos.</p>
<p>54. O registro dos atos que poderão afetar o patrimônio público no futuro deverá ser efetuado em contas do sistema</p> <p>(A) de compensação.</p> <p>(B) patrimonial.</p> <p>(C) financeiro.</p> <p>(D) orçamentário.</p> <p>(E) diferido.</p>	<p>59. A proibição de inserir, na lei orçamentária, dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, decorre da aplicação do princípio orçamentário da</p> <p>(A) Publicidade.</p> <p>(B) Especificação.</p> <p>(C) Anualidade.</p> <p>(D) Não Afetação da Receita.</p> <p>(E) Exclusividade.</p>
<p>55. É uma variação patrimonial ativa quantitativa independente da execução orçamentária:</p> <p>(A) recebimento de receita tributária.</p> <p>(B) reconhecimento de passivo permanente.</p> <p>(C) inscrição de dívida ativa.</p> <p>(D) recebimento de receita de dívida ativa.</p> <p>(E) pagamento de restas a pagar.</p>	<p>60. As metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, serão estabelecidas no</p> <p>(A) Anexo de Resultado Primário.</p> <p>(B) Plano Plurianual.</p> <p>(C) Anexo de Riscos Fiscais.</p> <p>(D) Anexo de Metas Fiscais.</p> <p>(E) Orçamento Anual.</p>



PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO

Sua redação deve ter no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, conforme regra editalícia.

Atente para as seguintes afirmações:

1. *A liberdade de imprensa é, indiscutivelmente, um pressuposto para o exercício da democracia.*
2. *Eventualmente, em nome da liberdade de imprensa, o sensacionalismo de certas práticas jornalísticas desrespeita outros direitos e compromete a essência mesma dos princípios democráticos.*

Redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema "A liberdade de imprensa", posicionando-se em relação às afirmativas acima.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	